

### 3. A PRESENÇA DOS REFORMADOS FRANCESES NO BRASIL COLONIAL\*

Franklin Ferreira\*\*

O presente capítulo apresenta as motivações que levaram a uma pequena ilha na Baía de Guanabara um grupo de protestantes franceses, sob a liderança de Nicolas Durand de Villegaignon, personagem controverso no mosaico de motivações que os trouxeram para o que se chamou de Forte Coligny. Sem o saber, eles foram lançados numa aventura cercada de polêmicas. Serão descritos os preparativos e a viagem, a chegada no Rio de Janeiro e os primeiros problemas entre os colonos. Chamados de Genebra e França, os protestantes franceses se dirigiram para a fatídica Baía, quando os problemas surgiram logo. Com isto eles precisaram fugir para o continente, de onde alguns conseguiram fugir para a França, mas outros foram capturados e martirizados. Os feitos destes homens são descritos neste ensaio: pregação e evangelização entre franceses e índios, celebração da ceia do Senhor e da disciplina cristã, concluindo com uma avaliação da obra destes homens, apontando sua coragem em desbravar novas terras para propagar a fé evangélica.

#### 1500: O Brasil colônia

##### *O descobrimento do Brasil*

Em 22 de abril de 1500 as primeiras aves foram avistadas. Ao cair da tarde, os marinheiros avistaram terra. Por ser a semana da Páscoa, Pedro Álvares Cabral deu ao monte alto que se divisava do mar o nome de Pascoal. Era a Terra de Vera Cruz.<sup>1</sup> A princípio, seu destino era a Índia, mas após vários contratempos aportou na terra que depois foi chamada Terra de Santa Cruz (1501), quando Américo Vespúcio descobriu que esta não era uma ilha, e Brasil (1503), em virtude do pau-brasil. Hoje se sabe que a esquadra portuguesa ter aportado aqui não é fruto do acaso. “Cabral trazia recomendações categóricas para verificar se, dentro da jurisdição portuguesa segundo o Tratado de Tordesilhas, valiam alguma coisa as terras cuja existência mais que se suspeitava em Portugal”.<sup>2</sup> Ao chegar ao país, aportaram numa vasta enseada, a que se deu o nome de Porto Seguro, que não é o Porto Seguro atual, mas a enseada de Santa Cruz, que tem o nome atual de Baía Esbrália. No dia 26 de abril, um domingo, celebrou-se na ilha da Coroa Vermelha a primeira missa em terras do Brasil, celebrada por frei Henrique de Coimbra, líder dos frades de São Francisco, os primeiros religiosos mandados de Portugal para cá.

Alguns dias depois repetiu-se a cerimônia, já em terra firme, sendo esta a grande missa oficial. Foi levantada uma grande cruz de madeira, a artilharia de bordo disparou

---

\* Este capítulo é uma ampliação de artigo previamente publicado em *Vox Scripturae* N° 10, vol. 1 (Dezembro 2000), p. 51-86.

\*\* O autor é Ministro da Convenção Batista Brasileira, Bacharel em Teologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e Mestre em Teologia pelo Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil, coordena o projeto da Editora Fiel de publicar as obras de João Calvino.

<sup>1</sup> S. B. Holanda *et al*, *História geral da civilização brasileira: a época colonial* (São Paulo: Difel, 1976), p. 35. Pouco se conhece de Pedro Álvares Cabral. Sabe-se que nascera em Belmonte pelos anos de 1467 ou 68. Teria pouco mais de trinta anos quando assumiu o comando da frota. Esta era composta de dez navios de guerra, um navio redondo de transporte e algumas outras embarcações mercantes incorporadas à expedição.

<sup>2</sup> Rocha Pombo, *História do Brasil. vol. 1: O descobrimento e a colonização* (Rio de Janeiro: W. N. Jackson Inc., 1967), p. 23.

uma salva, enquanto o chefe da expedição tomava posse formal da terra para o rei de Portugal, D. Manuel, e dava-lhe o nome de Vera Cruz. Enquanto o navio de mantimentos, sob o comando de Gaspar de Lemos, zarpava para Portugal para anunciar ao rei o descobrimento de novas terras, o resto da frota zarpou em direção a Índia. Em terra firme permaneceram dois degredados dos vinte que iam na frota, e alguns grumetes que desertaram.<sup>3</sup>

#### *O Rio de Janeiro antes do estabelecimento dos franceses*

A Baía de Guanabara foi descoberta em 1º de janeiro de 1502. Pelo costume de se chamar rio qualquer embocadura, mesmo não sendo de caráter estritamente fluvial, e pela data, esta foi denominada de Rio de Janeiro. Foi fundada uma feitoria neste local, com o objetivo de trocar especiarias com os indígenas, mas ela foi destruída em pouco tempo, em represália pelo mau comportamento de um de seus encarregados.<sup>4</sup> Em 1519, Fernão de Magalhães em viagem por esta terra encontrou vestígios da antiga feitoria. Um de seus pilotos, João Lopes de Carvalho, permaneceu vivendo com os índios tupinambás por quatro anos, talvez em 1510-14, e nesta ocasião levou o filho que tivera de uma índia, na sua anterior passagem pela região. Nenhum dos dois sobreviveu à expedição.<sup>5</sup> O Rio de Janeiro permaneceu abandonado até 1531, quando Martin Afonso de Souza aportou ali, com sua expedição de exploração, colonização e guarda-costas. Ele permaneceu naquele local por três meses, instalou em terra uma casa-forte, construiu dois bergantins e depois rumou para São Vicente.

Pouco depois foram criadas as Capitânicas Hereditárias, e a de São Vicente foi concedida a Martin Afonso, em cujo território também estava incluído o Rio de Janeiro. Apesar da excelente posição de apoio aos navegantes, Martin Afonso não planejou povoar tal localidade. É desse período o nome “carioca (*carai*, senhor; *oca*, casa), dado a uma construção qualquer, feita para proteger forte ou aguada, e, extensivamente, ao riacho que desembocava na praia”.<sup>6</sup>

A não ser nas capitânicas de Pernambuco e São Vicente, o projeto revelou-se um completo fracasso. Então, em 1549, Portugal estabeleceu o Governo Geral, com Tomé de Souza. Com ele vieram seis jesuítas, depois mais quatro. Com Duarte da Costa, dezesseis, para catequizar índios e colonos, mas seu trabalho pouco impacto teve. E muito antes de Villegaignon, os franceses visitaram costas brasileiras. Em junho de 1503, o capitão Binot Paulmier de Gonneville zarpava de Honfleur para uma expedição às Índias Ocidentais. Seis meses depois chegou ao Brasil, no litoral norte-catarinense. Registraram-se, a seguir, a viagem atribuída em 1521 a Huges Roger, e, em 1525, a realizada por Jean Parmentier. Salvo melhores pesquisas, a expedição de Villegaignon foi a quarta que da França chegou às praias do Brasil.<sup>7</sup>

## **A Reforma Protestante na França**

### *O começo da Reforma na França*

<sup>3</sup> S. B. Holanda, *op. cit.*, p. 36.

<sup>4</sup> Hélio Viana, *História do Brasil – Período Colonial* (São Paulo: Melhoramentos, s/d), p. 121.

<sup>5</sup> Pedro Calmon, *História do Brasil – As origens: século XVI* (Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1959), p. 151.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 151.

<sup>7</sup> Laércio Caldeira da Andrade, *A Igreja dos Fiéis, Coligny, no Feudo de Villegaignon* (Rio de Janeiro: s/ed, 1947), p. 32. Para uma narrativa das impressionantes e tristes conquistas espanholas, portuguesas e francesas, ver Justo L. Gonzales, *Uma história ilustrada do cristianismo. vol. 7: A era dos conquistadores* (São Paulo: Vida Nova, 1990).

Em 1512, enquanto um obscuro monge agostiniano ia a Roma resolver assuntos de sua ordem, Jacques Lefèvre d'Étaples, doutor em teologia e professor da Universidade de Paris, rompeu com a teologia eclesiástica que dominava o ambiente teológico da época, e começou a enfatizar uma volta às Escrituras.<sup>8</sup> Sobre a reforma na França, Merle D'Aubigné afirmou:

A Reforma teve de combater na França não somente a infidelidade e a superstição, mas ainda um terceiro antagonista, que não tinha ainda encontrado, pelo menos com tal força, em povo de origem germânica: a imoralidade (...). Os inimigos violentos que a Reforma encontrou simultaneamente em França deram-lhe um caráter todo especial. Em parte alguma ela permaneceu tantas vezes no cárcere, ou mais se assemelhou com o cristianismo primitivo na fé, na caridade e no número de mártires.<sup>9</sup>

Ao redor de Lefèvre reuniram-se Guillaume Briçonnet, bispo de Meaux, para onde se dirigiam os de tendências reformadoras, por causa das perseguições que, em Paris, os professores da Sorbonne lhes dirigiam. Outro que aderiu à Reforma foi Guillaume Farel, que depois, sem desanimar diante de dificuldades e perseguições, ganhou para a fé reformada as cidades de Montbelliard, Neuchatel, Lausanne, Aigle e finalmente Genebra. Por esta época, em 30 de outubro de 1522, Lefèvre publicou uma tradução francesa dos evangelhos. Em 6 de novembro os livros restantes do Novo Testamento. Em 12 de outubro de 1524 todos estes livros juntos e em 1525 uma versão dos Salmos.<sup>10</sup>

Em Meaux começou nova perseguição, e, já neste tempo, o sangue dos primeiros mártires foi derramado. Entre estes estava Jean Leclerc (morto em 1524), cardador de lã e pastor da igreja reformada nesta cidade. Neste tempo os escritos de Lutero estavam já chegando à França, exercendo grande influência sobre o pensamento destes homens. Mas os escritos que cativaram corações e mentes dos protestantes franceses viriam principalmente de Estrasburgo e Genebra, a cidade de João Calvino. A conversão de Calvino deu à Reforma um escritor capaz de popularizá-la. Foi a perseguição aos protestantes franceses que levou Calvino a publicar a primeira edição das *Institutas da Religião Cristã*, em 1536,<sup>11</sup> pois sua intenção era defender os cristãos franceses como

<sup>8</sup> Para mais informações, ver Philip Edgcumbe Hughes, *Lefèvre – pioneer of ecclesiastical renewal in France* (Grand Rapids, Mi: Eerdmans, 1984).

<sup>9</sup> D. H. Merle D'Aubigné, *História da Reforma do décimo-sexto século*. vol. 4 (São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, s/d), p. 115.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 115.

<sup>11</sup> A primeira edição surgiu em Basiléia, no ano de 1536. Era um livro de 516 páginas, porém de formato pequeno, de modo que cabia facilmente nos amplos bolsos que se usavam antigamente, e podia circular dissimuladamente pela França. Constava de apenas seis capítulos. Os primeiros quatro tratavam sobre a lei, o Credo, o Pai Nosso e os sacramentos. Os últimos dois, de tom mais polêmico, resumiam a posição protestante com respeito aos “falsos sacramentos” romanos e a liberdade cristã. O êxito desta obra foi imediato e surpreendente. Em nove meses se esgotou a edição, que, por estar em latim, era acessível a leitores de diversas nacionalidades. Calvino continuou preparando edições sucessivas das *Institutas* que foi crescendo segundo iam passando os anos. Foram editadas cerca de nove vezes, sendo que as últimas edições datam de 1559 e 1560. Na edição final de 1559, ela alcançou 1500 páginas. Uma olhada no esboço desta obra nos mostra um resumo de sua teologia, que seguia o padrão do Credo dos Apóstolos. Volume 1: “O conhecimento de Deus, o Criador”, o conhecimento de Deus, Escrituras, Trindade, criação e providência; volume 2: “O conhecimento de Deus, o Redentor”, a queda, o pecado humano, a lei, o Antigo Testamento e o Novo Testamento, Cristo, o mediador, sua pessoa (profeta, sacerdote e rei) e obra (expição); volume 3: “O modo pelo qual recebemos a graça de Cristo, seus benefícios e efeitos”, fé e regeneração, arrependimento, vida cristã, justificação, oração, predestinação e ressurreição final; volume 4: “Os meios externos pelos quais Deus convida-nos à sociedade de Cristo”, igreja, sacramentos e

peças leais e sugerir o fim das perseguições.<sup>12</sup> Calvino, na realidade, liderou tanto os protestantes franceses como os de Genebra. E mais de 155 pastores, treinados em Genebra, foram mandados à França, entre 1555 e 1556.<sup>13</sup>

Para aqueles que não se convencem do caráter missionário da obra de Calvino em Genebra, basta consultar o Registro da Companhia dos Pastores, principalmente o período de 1555 a 1562.<sup>14</sup> Os nomes mencionados chegam a 88, enviados – sob pseudônimo, a maioria – para quase todos os campos da Europa. Mas muitos nomes, por medidas de segurança não são mencionados, e por outras fontes, no ano de maior envio, 1561, o número de missionários chega a 142, mais do que muitas forças missionárias atuais.<sup>15</sup> Outra fonte oferece os seguintes dados referentes ao período entre 1555 e 1562:<sup>16</sup>

1555	5 (4 para o Piemonte)	1559	32 (todos para a França)
1556	5 (2 para o Piemonte, 2 para o Brasil)	1560	13 (1 para Londres)
1557	16 (4 para o Piemonte, 1 para Antuérpia)	1561	12 (todos para a França)
1558	23 (1 para Turim)	1562	12 (todos para a França)

Muitas pessoas buscam encontrar declarações missionárias taxativas de Calvino, e sobre isto, Pierce Beaver, que serviu como missionário e professor na China, afirmou:

Conquanto Calvino não houvesse explicitamente exortado as igrejas reformadas a desenvolverem missões, ele certamente não era hostil à evangelização mundial. Na verdade, sua teologia logicamente chama para uma ação missionária, apesar dele não ter anunciado isto. Passagens isoladas dos Comentários de Calvino sustentam fortemente a idéia de missões. Por exemplo, Calvino declara que ‘não existe pessoas nem classe social no mundo que seja excluída da salvação, porque Deus deseja que o evangelho seja proclamado a todos sem exceção. Agora a pregação do evangelho dá vida, e por isso... Deus convida todos igualmente a participar da

---

governo civil. Ver Timothy George, *Teologia dos reformadores* (São Paulo: Vida Nova, 1993), p. 176-179.

<sup>12</sup> Em sua “Carta ao Rei Francisco I”, “mui poderoso e ilustre monarca”, “cristianíssimo rei dos franceses”, Calvino diz: “Quando, de início, tomei da pena para *redigir* esta obra, de nada menos cogitava, ó mui preclaro Rei, que escrever *algo* que, depois, houvesse de ser apresentado perante tua majestade. O intento era apenas ensinar certos rudimentos, mercê dos quais fossem instruídos em relação à verdadeira piedade quantos são tangidos de algum zelo de religião. E este labor *eu o* empreendia principalmente *por amor* a nossos *compatriotas* franceses, dos quais a muitíssimos percebia famintos e sedentos de Cristo, pouquíssimos, porém, via *que fossem* devidamente imbuídos pelo menos de modesto conhecimento. Que esta me foi a intenção proposta, no-lo diz o próprio livro, composto *que é* em uma forma de ensinar simples e, por assim dizer, superficial”. João Calvino, *As Institutas da Religião Cristã* (São Paulo: Cultura Cristã, 2003), p. 23.

<sup>13</sup> Pierre Courthial, “A idade de ouro do calvinismo na França”, em Stanford W. Reid, (ed.), *Calvino e sua influência no mundo ocidental*, (São Paulo: CEP, 1990), p. 88. A influência de João Calvino se estendeu a vários países, tais como a Suíça, França, Holanda, Alemanha, Hungria, Polônia, Inglaterra, Escócia, Estados Unidos. Os principais fatores que contribuíram para que sua influência se espalhasse tanto foram: pregação (ela era fundamental na exposição e na comunicação de Calvino); sua atuação como professor na Academia de Genebra; ter conquistado a lealdade quase feroz de uma ampla variedade de tipos de personalidade; volumosa correspondência com homens e mulheres de toda a Europa; seus escritos formais: ele deu um enfoque teológico mais amplo e sistemático ao que escrevia. Para mais informações sobre o impacto de Calvino na cultura ocidental, ver Stanford Reid, “A propagação do calvinismo no século XVI”, em Stanford W. Reid, (ed.), *op. cit.*, p. 35-59.

<sup>14</sup> Philip Hughes (ed.), *The register of the company of pastors of Geneva in the time of Calvin* (Grand Rapids, Mi: Eerdmans, 1966).

<sup>15</sup> Philip Hughes, “John Calvin: Director of Mission”, em John H. Bratt (ed.), *The Heritage of John Calvin*, (Grand Rapids, Mi: Eerdmans, 1973), p. 46.

<sup>16</sup> Carter Lindeberg, *As Reformas na Europa* (São Leopoldo: Sinodal, 2001), p. 325

salvação' (Com. I Tim 2.4).<sup>17</sup>

### *O período heroico*

Neste tempo os protestantes franceses começaram a ser chamados de huguenotes, uma palavra de origem obscura, que começou a ser usada como título honorífico, pelos mesmos. A fé reformada, semeada inicialmente pelo testemunho e martírio de muitos, espalhou-se entre o povo, e se manifestou na teologia e na filosofia, nas ciências e nas artes, na cidade e no campo, na vida familiar e profissional e até mesmo na política. Esta mesma fé se fez presente em todas as classes sociais, camponeses e nobres, burgueses e artistas.

Desta forma contava, já nesta época, entre os protestantes franceses, Margarida de Angouleme, irmã de Francisco I e esposa de Henrique, rei de Navarra. Conquanto nunca tenha feito uma pública profissão de fé, abrigou em sua corte vários reformadores em busca de refúgio, entre eles, Farel. As perseguições se tornaram ainda mais severas quando, em 24 de julho de 1539, Francisco I as reforçou, promulgando um édito, mas o rei veio a falecer em 1547. Sucedeu-o Henrique II, que continuou as perseguições, mas as conversões só aumentavam. Entretanto, até 1555, não haviam igrejas reformadas organizadas na França. Foi neste ano, em 12 de julho de 1555, que a expedição de Villegagnon saiu do Havre, com 600 pessoas. A igreja de Paris foi organizada em setembro de 1555. Este foi um período de sementeira, pois as congregações se reuniam em assembléias clandestinas. Nestas igrejas clandestinas, os novos crentes reformados encontravam-se para ler as Escrituras, orar e cantar Salmos, utilizando-se de qualquer pregador que estivesse em trânsito.

Tal situação foi uma das características da Igreja Reformada Francesa. Conquanto tenha recebido grande apoio de Genebra, foram poucos os clérigos franceses que se converteram à fé reformada. Por isto, um número muito maior de homens, de praticamente todas as atividades, exerceram “ministérios secretos” naqueles dias. A congregação de Paris, por exemplo, em 1540, escolheu como seu pregador Claude Le Peintre, um ourives viajante, que passou cerca de três anos em Genebra. Depois foi queimado na estaca. A congregação de Meaux escolheu um cardador, em 1546.<sup>18</sup> De Genebra provinham principalmente as *Institutas de Religião Cristã*, escritos catequéticos, litúrgicos e polêmicos. Vários colportores foram queimados por espalharem as Escrituras em língua francesa, folhetos e livros de cânticos. Jean Crespin em seu *Martiriologia ou Livro de Mártires*, completado com acréscimos, em 1619, pelo pastor Simon Goulart, conta a história de 789 martírios e menciona o nome de outros 2120 protestantes sentenciados à morte ou assassinados.<sup>19</sup>

De 26 a 28 de maio de 1559 reuniu-se secretamente em Paris o primeiro Sínodo Nacional das Igrejas Reformadas, para “estabelecerem um acordo na doutrina e na disciplina, em conformidade com a Palavra de Deus”, segundo Theodore de Beza.<sup>20</sup> Um pastor parisiense, François de Morel, presidiu este Sínodo, que reuniu representantes de sessenta das cem igrejas que existiam na França. O crescimento havia sido notável, pois em 1555 haviam somente cinco igrejas organizadas: Paris, Meaux, Angers, Poitiers e

<sup>17</sup> R. Pierce Beaver, “The Genevan Mission to Brazil”, em John H. Bratt (ed.), *The Heritage of John Calvin*, (Grand Rapids, Mi: Eerdmans, 1973), p. 56. Para mais informações a relação entre Calvino e missões, ver também Antônio Carlos Barro, “A consciência missionária de João Calvino”, em *Fides Reformata* 3/1 (janeiro-junho 1998), p. 38-49.

<sup>18</sup> D. H. Merle D'Aubigne, *op. cit.*, p. 169.

<sup>19</sup> Pierre Courthial, *op. cit.*, p. 91.

<sup>20</sup> *Ibid.*, p. 93.

Loudon. Segundo Pierre Courthial, “não há dúvida de que se o flagelo das guerras religiosas não tivesse atingido o país, a França teria tornado predominantemente protestante”.<sup>21</sup> Este Sínodo adotou uma confissão de fé e uma norma de disciplina, ambos influenciados pelos ensinamentos de Calvino. Os huguenotes chegaram a ter duas mil e quinhentas congregações em 1562.

Os huguenotes tornaram-se poderosos e bem organizados que formaram um reino dentro de um reino. A compreensão desta situação pelo governo redundou na mudança da política governamental de perseguição constante, feroz e sangrenta, adotada entre 1538 e 1559, para (a partir de 1562) uma política de guerra religiosa que levou a França de volta a Roma.<sup>22</sup>

Quem comandava os protestantes nesta época era o almirante Gaspard de Chantillon Coligny. Filho de um marechal, foi feito “cavaleiro” pelo rei Francisco I, por causa de sua participação na Batalha de Cerisoles, na Itália. Desde os 22 anos Coligny fazia parte da corte francesa, tendo sido um protegido do Duque de Guisa até romper com este, por causa de sua conversão à fé reformada. Nesta época era o chefe do partido protestante francês e um dos mais respeitáveis homens de sua época. Foi ele que, no tempo de rei Henrique II, aos 36 anos, patrocinou o envio dos huguenotes para o Brasil.

Este é o pano de fundo do envio da expedição de Villegaignon ao Rio de Janeiro, e entendendo alguns fatores que explicam a expansão e influência da fé reformada, podemos passar à aventura que mais envolve e impulsiona a imaginação, que foi o envio de dois homens (com um grupo de imigrantes franceses enviados por Coligny) através do Atlântico para o Brasil. O registro, para 1556, simplesmente diz, em um típico estilo com lacunas, que em 25 de agosto, terça-feira, Pierre Richier e Guillaume Chartier foram eleitos para ministrarem nas ilhas que haviam sido recentemente conquistadas pela França um pouco adiante da costa brasileira e “foram então encomendados aos cuidados do Senhor e enviados com uma carta” da Igreja de Genebra.<sup>23</sup> Este projeto testifica fortemente a visão abrangente de Calvino e seus colegas em Genebra em relação à obra missionária. E este foi o contexto da época, e as motivações e motivadores que trouxeram os missionários huguenotes ao Brasil.

## **Os franceses no Rio de Janeiro**

### *Preparativos e vinda*

*O almirante Villegaignon.* A expedição começou na mente de Nicolas Durand de Villegaignon, sobrinho do grão-mestre da Ordem de São João de Jerusalém (conhecida também como Ordem de Malta, e chamada de “escorpiões do mediterrâneo” pelos otomanos), Villiers de l’Isle-Adam.<sup>24</sup> Este homem contraditório foi fruto de sua época. Aos 21 anos entrou na Ordem de São João de Jerusalém, que recentemente tinha sido expulsada de Rodes por Solimão II, indo fixar-se em Malta, em 1530. Passado o tempo de aprendizagem, em 1541 tomou parte numa expedição contra o sultão de Argel, e deste combate deixou um relato escrito em latim. No ano seguinte, foi destacado para a Hungria, indo combater os turcos. Em 1548, sendo já famoso nos círculos militares, foi encarregado de transportar da Escócia para a França a jovem Maria Stuart, noiva de Francisco II, burlando a vigilância dos navios ingleses. Em 1551 voltou a combater os

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 89.

<sup>22</sup> Earle E. Cairns, *O cristianismo através dos séculos* (São Paulo: Vida Nova, 1988), p. 257.

<sup>19</sup> Philip Hughes, *op. cit.*, p. 47-48.

<sup>24</sup> Pedro Calmon, *op. cit.*, p. 269.

turcos, desta vez na Ilha de Malta. Neste mesmo ano, como recompensa por seus serviços, foi destacado por Henrique II para ser vice-almirante da Bretanha, tendo sob sua supervisão o porto de Brest, com plena liberdade de cumprir com seus compromissos com a Ordem. Logo depois esteve em luta em Trípoli, mas ao chegar a esta praça-forte o combate já estava encerrado, pois o comandante dela, Francisco Vallier, já havia se rendido.<sup>25</sup>

Todos estes feitos, inclusive o protesto contra o grão-mestre de sua Ordem, que queria colocar a culpa da derrota de Trípoli em Vallier, granjearam grande reputação a Villegaignon na França, para onde se retirou desgostoso, após esta derrota. Em 1552 foi destacado para supervisionar as obras de defesa do porto de Brest. Mas Villeigaignon entrando em choque com o capitão da cidadela, e, sem o apoio do rei, “começou a aborrecer-se em França, acusando-a de enorme ingratidão, visto que ao serviço dela consumira toda a sua juventude na carreira militar”.<sup>26</sup>

Mas na cidade de Brest residia um conhecido seu, que numa conversa informal contou a Villegaignon sobre suas viagens, em especial sobre o recém-descoberto Brasil. Isto foi o suficiente para mexer com a mente do aventureiro. E é justamente nas motivações que trouxeram esta expedição para cá que começam os mistérios. Pois sendo cavaleiro de São João, católico romano, ele buscou apoio no almirante Gaspard de Coligny, reformado. Apenas este homem poderia financiar tal viagem. Nisto surge a idéia de fundar nas colônias além-mar um lugar onde os cristãos reformados pudessem servir e cultuar a Deus em liberdade. Isto era elogiável, numa época em que os protestantes franceses estavam sendo trucidados. O mais provável é que Villegaignon, sentindo necessidade absoluta de consentimento e do apoio de Coligny, adotou a tática mais segura, conquanto não fosse a mais honrosa: lisonjeou o amor próprio do almirante, fingindo-se inclinado a converter-se “e fazendo-lhe entrever a pronta realização de um dos projetos favoritos do chefe dos huguenotes, e acariciando-o com a esperança de criar para o outro lado do Atlântico um asilo para os seus correligionários perseguidos na Europa”.<sup>27</sup>

*Arranjos para a viagem.* Villegaignon, segundo Jean de Léry, o historiador reformado da expedição, manifestou a vários líderes franceses o desejo não só de “retirar-se para um país longínquo onde pudesse livremente servir a Deus, de acordo com o evangelho reformado, mas ainda preparar um refúgio para todos os que desejassem fugir às perseguições”.<sup>28</sup> Que de fato já eram terríveis nesta época. Assim ele ganhou o apoio dos mais destacados nobres reformados em França, inclusive do próprio almirante Coligny, que intercedeu por Villegaignon junto ao rei Henrique II, mostrando a este que o reino lucraria bastante com tal expedição. “Em vista disto mandou o soberano que lhe dessem dois bons navios aparelhados e providos de artilharia, além de dez mil francos para as despesas da viagem”.<sup>29</sup> Ele também levaria de Brest mais artilharia, pólvora, balas, armas, madeiras e outros acessórios para a construção e defesa de um forte. Mas ele precisava de pessoas para fundar esta colônia ultramarina. Ele “fez publicar por toda parte que precisava de pessoas tementes a Deus, pacíficas e boas, pois bem sabia que lhe seriam mais úteis do que quaisquer outras, em virtude da esperança que tinham de formar uma congregação cujos membros fossem

<sup>25</sup> Rocha Pombo, *op. cit.*, p. 206-207. Ver também Pedro Calmon, *op. cit.*, p. 269.

<sup>26</sup> Jean Crespin, *A Tragédia da Guanabara ou: a história dos protomártires do cristianismo no Brasil* (Rio de Janeiro: Typo-Lith, Pimenta de Mello & C., 1917), p. 15.

<sup>27</sup> Rocha Pombo, *op. cit.*, p. 207.

<sup>28</sup> Jean de Léry, *Viagem à terra do Brasil* (São Paulo: Livraria Martins, 1924), p. 45-46.

<sup>29</sup> *Ibid*, p. 46.

votados ao serviço divino”.<sup>30</sup> O estado-maior de Villegaignon era formado por católicos e reformados – Jean Cointac, que mais tarde desempenhou papel crucial na controvérsia com os protestantes, senhor de Boules e Doutor da Sorbonne; La Chapelle, de Boissi, Le Thoret et De Sausacque (que veio a ser o comandante do futuro Forte Coligny) e Nicolas Barré (navegador da expedição), estes últimos protestantes. Outro era o cosmógrafo franciscano André Thevet, que só ficou três meses no Rio de Janeiro. Só que faltava gente. Villegaignon então pediu permissão ao rei para recrutar mais colonos, só que desta vez nas prisões de Rouen, Paris e outras cidades. Esta verdadeira malta humana reunida criaria problemas para o almirante. Chegou-se ao número de 600 colonos. Por um singular desleixo, que denunciava uma profunda ignorância em matéria colonial, tanto da parte de Villegaignon como de seus protetores, “esquecera-se o princípio essencial de toda sociedade em formação: ninguém tinha cogitado da família. Toda a expedição compunha-se, com efeito, só de homens, e compreende-se que era impossível fazer, em tais condições, uma obra permanente”.<sup>31</sup>

Ainda fugindo de qualquer profissão de fé muito nítida, em 12 de julho de 1555 saiu do porto de Havre, com os dois navios e um transporte. Logo que se viu em alto mar, uma tempestade jogou-os contra as costas da Inglaterra, e depois acabaram aportando em Dieppe. “A maior parte dos que tinham cedido à eloquência do almirante aproveitaram-se daquele pretexto para abandoná-lo, ficando-lhe apenas uns oitenta homens, exatamente os piores, porque eram, além de uns poucos mercenários, os relapsos que tinham sido arrolados na prisão”.<sup>32</sup> Reparado os navios, partiu-se definitivamente em 14 de agosto de 1555. Após vários contratemplos como “estacionamento, falta d’água potável, pestilências, calor excessivo, ventos contrários, tempestades, intempérios da zona tórrida e outras coisas que seria fastioso enumerar”,<sup>33</sup> tendo inclusive sido bombardeados pelos espanhóis em Tenerife, eles chegaram ao Rio de Janeiro no dia 10 de novembro de 1555, ao som de tiros de canhão, sob o grito de alegria dos marinheiros depois de tão turbulenta viagem.

#### *Assentamento e vinda dos pastores de Genebra*

*Estabelecimento e primeiras tensões.* Antes de desembarcar todas as pessoas, Villegaignon cuidou de explorar todas as paragens, penetrando na imensa Baía da Guanabara, fazendo reconhecimento de todos os pontos do litoral, inclusive as ilhas menores e maiores. Enquanto ele explorava a Baía, fez fortificar a Ilha dos Ratos (hoje chamada de Ilha Fiscal), a que chamou de Ratier, onde construiu alguns abrigos de madeira e assentou alguns canhões. Esta fortificação barrava toda a entrada na Baía, mas a ressaca deslocou as peças de artilharia, colocando em risco a guarnição. Enquanto isto, “acabou por acomodar-se numa ilha deserta, onde, depois de desembarcar sua artilharia e demais bagagens, iniciou a construção de um forte a fim de garantir-se tanto contra os selvagens como contra os portugueses”, na Ilha de Serigipe (hoje chamada de Ilha de Villegaignon). Esta ilha oferecia vantagens incontestáveis para fazer-se o centro de resistência da posição, dominava a entrada da Baía e era de acesso difícil por estar cercada de recifes à flor da água. O que não se compreende é o fato de Villegaignon querer fundar uma colônia numa ilha. Para piorar a situação, o almirante, confiando nas provisões da terra, não trouxe alimentos e víveres suficientes. Isto contribuiu para

<sup>30</sup> Rocha Pombo, *op. cit.*, p. 209.

<sup>31</sup> *Ibid.*, p. 209.

<sup>32</sup> Jean Crespin, *op. cit.*, p. 19.

<sup>33</sup> Jean de Léry, *op. cit.*, p. 47.

aborrecer em muito os colonos, pois sua alimentação consistia de frutos e raízes em lugar de pão, e de água em vez de vinho, que era racionada.

Logo que os franceses desembarcaram, Villegaignon os pôs para trabalhar na fortificação da ilha. As comunicações com o continente foram proibidas, e num regime de semi-escravidão muraram em alguns meses todo o contorno da ilha. Nas palavras de Jean de Lery:

Nas extremidades desta ilha existem dois morros nos quais Villegaignon mandou construir duas casinhas, edificando a sua, em que residiu, no centro da ilha em uma pedra de cinquenta a sessenta pés de altura. De ambos os lados desse rochedo, aplainamos e preparamos pequenos espaços onde se construíram não só a sala, em que nos reuníamos para a prédica e a refeição, mas ainda vários outros abrigos em que se acomodavam cerca de oitenta pessoas, inclusive a comitiva de Villegaignon. Entretanto, a não ser a casa situada no rochedo, construída com madeiramento, e alguns baluartes para a artilharia, revestidos de alvenaria, o resto não passava de casebres de pau tosco e palha construídos à moda dos selvagens, que de fato os fizeram. Eis em poucas palavras em que consistia o forte que Villegaignon denominou Coligny, pensando ser agradável ao Senhor Gaspar de Coligny, almirante de França, sem o apoio do qual, como já disse no início, jamais tivera meios de fazer a viagem nem construir nenhum forte no Brasil.<sup>34</sup>

Mas um dos grandes inconvenientes da ilha era não ter água potável. Para remediá-lo quando possível, abriu-se uma grande cisterna, que podia conter e guardar água por seis meses. Mas, mesmo buscando o isolamento, era inevitável não ter contato com os índios, no continente, pois era para lá que os franceses iam quando precisavam de víveres. E os próprios índios se mostraram muito solícitos com os franceses.

Estes índios eram os tupinambás (os tamoios das crônicas portuguesas), que arrumaram para os franceses carne, peixe, farinha e frutos da terra, além de água potável. Eles ajudaram inclusive nos trabalhos de fortificação da ilha, trazendo materiais do continente. Mas Villegaignon quis tratá-los com o mesmo rigor que tratava os franceses, ainda mais que sobre estes caiu o rigor do trabalho, enquanto os franceses iam caindo no ócio. Em 4 de fevereiro de 1556 os navios que trouxeram a expedição, até então aportados na Baía, retornaram para a França.

Para piorar a situação, os franceses quiseram se rebelar. Na carta que Villegaignon escreveu a Calvino para pedir o envio de pastores, ele diz que a revolta teve origem no fato de haver ele proibido que mulheres indígenas entrassem no Forte desacompanhadas de seus maridos. Inclusive alguns dos mercenários já estavam vivendo com algumas delas.<sup>35</sup> Nisto, ajuntaram-se 26 mercenários, começando a conspiração. O líder do complô combinou com os outros em matar o almirante. Eles tentaram aliciar cinco guardas escoceses, que protegiam Villegaignon. Estes fingiram fazer parte do grupo que conspirava, inteirando-se da situação toda, e delataram tudo para o chefe. A vingança não se fez esperar. Villegaignon e os que estavam do seu lado, assim prevenidos, armaram-se e prenderam quatro dos principais conspiradores, aos quais “infligiram severíssima punição, para temor dos demais e para conservar sobre controle em seus deveres, sendo que dois deles foram postos em prisões com cadeias e ferros e obrigados a trabalhos públicos durante certo tempo”.<sup>36</sup>

O líder da conjuração foi morto. Isto semeou o terror entre os franceses da colônia e entre os índios tupinambás. Os índios fugiram do litoral, e até uma epidemia foi passada aos índios. Alguns franceses atemorizados fugiram para o continente e

<sup>34</sup> Jean de Léry, *op. cit.*, p. 95.

<sup>35</sup> Jean Crespin, *op. cit.*, p. 21.

<sup>36</sup> *Ibid.*, p. 23.

fundaram a aldeia de La Brigueterie, que serviu de abrigo para os corsários franceses, os quais desde Cabo Frio visitavam a costa.

*Pedido do envio de mais huguenotes.* Villegaignon, neste ambiente de desagregação, tentou conseguir reforço militar junto ao rei Henrique II, mas o governo francês “não quis entender direito o problema ou então hesitou em arriscar-se abertamente a semelhante aventura”.<sup>37</sup> Neste contexto, o almirante solicitou ajuda de Genebra. Era o único meio de salvar a colônia: usar a necessidade de segurança da igreja reformada francesa. E ele precisava de reforços de qualidade melhor. A carta foi enviada nos navios que haviam voltado para a Europa.

Sua carta não foi preservada em nenhuma das correspondências de Calvino ou nos arquivos do Cantão. Jean de Lery (...) dá o seu conteúdo. A carta pedia à Igreja de Genebra que enviassem imediatamente para Villegaignon ministros da Palavra de Deus e com eles muitas pessoas ‘bem instruídas na religião cristã’ a fim de reformá-lo e a seu povo e ‘levar os selvagens ao conhecimento da sua salvação’. Visto que a questão de missões já estava clara perante a Igreja de Genebra, ‘depois de receber estas cartas e ouvir as notícias’ (...) a Igreja de Genebra em uma só voz deu graças a Deus pela extensão do Reino de Jesus Cristo em um país tão distante, igualmente tão diferente e entre uma nação inteira sem o conhecimento do Deus verdadeiro.<sup>38</sup>

Calvino estava em Frankfurt, Alemanha, neste momento, mas era informado de todas as coisas importantes que aconteciam em Genebra, sempre dando orientações. Não há dúvidas de que ele foi consultado a respeito da missão, porque os líderes levavam cartas dele para Villegaignon. Nicholas des Gallars, homem de confiança de Calvino, e depois, em 1557, pastor da congregação reformada da rua Saint-Jacques, em Paris, escreveu uma carta datada de 16 de setembro, informando a Calvino que o grupo havia partido de Genebra “cheios de ardor”, no dia 8 daquele mês. A Igreja de Genebra escolheu dois ministros para esta missão: Pierre Richier e Guillaume Chartier, aquele com 50 e este com 30 anos.<sup>39</sup> Com eles foram 11 recrutas para o trabalho, sendo quatro carpinteiros, um que trabalhava com couro, um ferreiro e um alfaiate. Seus nomes: Pierre Bourdon, Matthieu Verneuil, Jean de Bourdel, André La Fon, Nicolas Denis, Martin David, Nicolas Raviquet, Nicolas Carneau, Jacques Rousseau, Jean Gardien (que provavelmente fez as ilustrações do livro de Lery) e “eu, Jean de Lery, que me juntei a companhia, assim pelo forte desejo que Deus me dera de contribuir para a sua glória, como pela curiosidade de ver esse novo mundo”.<sup>40</sup> Lery era provavelmente um sapateiro, tendo aprendido esta profissão bem jovem, pois aos dezoito anos estava em Genebra, estudando teologia. Por época de sua viagem ao Brasil tinha 23 anos.

O almirante Coligny também recebera uma carta com pedido de reforço, e então solicitou por carta que seu amigo Phillipe de Corguilleray, Senhor Du Pont, empreendesse esta viagem ao Brasil, liderando o grupo huguenote. O Senhor Du Pont morava em Bossy, perto de Genebra, e, mesmo em idade avançada, concordou em

<sup>37</sup> Rocha Pombo, *op. cit.*, p. 213.

<sup>38</sup> R. Pierce Beaver, *op. cit.*, p. 61.

<sup>39</sup> Jean Crespín, *op. cit.*, p. 25-26. Ver também Philip Hughes (ed.), *The register of the company of pastors of Geneva in the time of Calvin*, p. 317. É mencionado o envio dos ministros ao Brasil na data de 25 de agosto de 1556. Pierre Richier era doutor em teologia e ex-frade carmelita. Convertera-se ao protestantismo e, após haver feito seus estudos em Genebra, dirigiu-se ao Brasil em 1556, de onde voltou no ano seguinte, sendo enviado a La Rochelle, onde organizou uma igreja, e morreu em 1580. Guillaume Chartier, natural de Vitré, na Bretanha, estudou em Genebra e aceitou com ardor o comissionamento para a América. Depois desta expedição, pouco se sabe dele, somente que foi capelão de Jeane d’Albret.

<sup>40</sup> Jean de Lery, *op. cit.*, p. 48-49.

liderar a expedição. “Nem mesmo os seus negócios pessoais e o amor que consagrava a seus filhos o demoveram de aceitar o encargo que o Senhor lhe impunha”.<sup>41</sup>

*Os huguenotes chegam ao Rio de Janeiro.* Eles partiram de Genebra no dia 8 de setembro de 1556, tiveram um encontro com o almirante Coligny em Chatillon-Sur-Loing, que os estimulou a prosseguir na empresa. Depois de uma curta estadia em Paris, passaram a Rouen e depois a Honfleur, perto da Normandia, onde se reuniram a um grande grupo de huguenotes, recrutados através dos esforços do almirante Coligny. Este grupo chegava a 300 pessoas. O comandante da expedição era o senhor de Bois Le Conte, sobrinho de Villegaignon, que mandou aparelhar para a guerra, à custa do rei, três excelentes navios, com víveres e outras coisas necessárias à viagem, embarcando a 19 de novembro. Le Conte, que foi eleito vice-almirante, ia a bordo do “Petite Roberge” com cerca de 80 pessoas entre soldados e marujos. Os outros navios eram o “Grande Roberge”, no qual iam 120 pessoas; no terceiro barco, que se chamava “Roseé”, iam quase noventa pessoas, inclusive seis meninos, que foram levados para que aprendessem a língua dos nativos, e cinco moças com uma governanta.<sup>42</sup>

Estas foram as primeiras mulheres francesas enviadas ao Brasil. Depois de muitas aventuras (mesmo contra a opinião dos huguenotes, foram abordados e pilhados dois navios mercantes ingleses, um navio irlandês, uma caravela portuguesa e uma espanhola, sendo que esta última foi rebocada para o Brasil), em 10 de março de 1557 a expedição chegou ao Rio de Janeiro, onde foram recebidos com grande júbilo por Villegaignon. Lery, sempre testemunha ocular, nos conta que todos se juntaram na praia, a render graças a Deus, por tê-los protegido durante a viagem. Depois veio Villegaignon, que os recebeu todo risonho, abraçando a todos. Os pastores apresentaram suas credenciais e as cartas de João Calvino, e Villegaignon disse: “Quanto a mim, desde muito e de todo o coração desejei tal coisa e recebo-vos de muito bom grado, mesmo porque aspiro a que nossa igreja seja a mais bem reformada de todas. Quero que os vícios sejam reprimidos, o luxo do vestuário condenado e que se remova do nosso meio tudo quanto possa prejudicar o serviço de Deus”. Erguendo depois os olhos ao céu e juntando as mãos disse: “Senhor Deus, rendo-te graças por teres enviado o que há tanto tempo venho ardentemente pedindo”. E voltando-se novamente para os companheiros continuou:

Meus filhos (pois quero ser vosso pai), assim como Jesus Cristo nada teve deste mundo para si e tudo fez por nós, assim eu (esperando que Deus me conserve a vida até nos fortificarmos neste país e poderdes dispensar-me) tudo pretendo fazer aqui para todos aqueles que vierem com o mesmo fim que viestes. É minha intenção criar aqui um refúgio para os fiéis perseguidos na França, na Espanha ou em qualquer outro país além-mar, afim de que, sem temer o rei nem o imperador nem quaisquer potentados, possam servir a Deus com pureza, conforme a sua vontade.<sup>43</sup>

Estas foram as primeiras palavras proferidas por Villegaignon por ocasião da chegada da expedição, em 10 de março de 1557. Então deu ordens de reunir todas as pessoas que estavam no forte, e Pierre Richier celebrou o primeiro culto protestante nas Américas. Uma semana depois, a ceia também foi celebrada segundo o rito reformado, em 21 de março. O próprio Villegaignon foi o primeiro a tomá-la, depois de confessar sua fé reformada perante toda a congregação.<sup>44</sup>

<sup>41</sup> Jean Crespin, *op. cit.*, p. 25.

<sup>42</sup> Jean de Lery, *op. cit.*, p. 50.

<sup>43</sup> Jean de Lery, *op. cit.*, p. 77.

<sup>44</sup> *Ibid.*, p. 80-83.

*Explode o conflito entre Villegaignon e os pastores genebrinos.* Os huguenotes logo começaram a trabalhar nas obras de fortificação na ilha, e Richier os estimulava, chamando Villegaignon de um novo “Paulo”. Este, para demonstrar sua boa vontade, criou o Conselho dos Notáveis, igual ao de Genebra, no qual ele se limitava a moderar. Mas a calma aparente foi rompida no Pentecostes de 1557. Na celebração da ceia anterior, Jean Cointac começou a levantar dúvidas se era lícito ou não colocar água no vinho na cerimônia de consagração. Este homem, ao que se diz, veio ao Brasil com a promessa de ser ordenado bispo da igreja, feita pelo próprio Villegaignon, mas tendo sido reprovado pelos pastores genebrinos, começou a fomentar a discórdia. Citando São Cipriano, São Clemente e os concílios ecumênicos, foi refutado por Pierre Richier, que para isso usava apenas as Escrituras, que contradiziam estas opiniões. Isto então gerou violentos debates sobre a natureza da presença de Cristo na eucaristia. Pouco mais tarde, baseando-se outra vez na tradição, Villegaignon procurou refutar publicamente Richier, durante a celebração de um casamento. Para evitar que fosse prolongado ainda mais o debate, ficou decidido que Guillaume Chartier iria a Genebra aconselhar-se com Calvino, tendo saído da Guanabara em 4 de junho de 1557 em um dos navios que, carregado de pau-brasil e outras mercadorias, partiu daqui. A carta de Villegaignon a Calvino, de que era portador nunca foi encontrada. O próprio vice-almirante estava disposto a aceitar a arbitragem do reformador, mas enquanto não chegasse a resposta, Richier ficava impedido de administrar os sacramentos ou de aludir em sermões aos assuntos que deram causa a controvérsia. Isto foi antes do Pentecostes. Nesta data, em junho, Villegaignon, junto com Cointac, deu ordens de misturar água ao vinho, e seguir o rito católico. Quando foi lembrado do compromisso firmado anteriormente, ele publicamente denunciou a teologia reformada como herética. Lery informa-nos de que Villegaignon recebeu “cartas do Cardeal de Lorena e outros, aconselhando-o a parar de sustentar a heresia calvinista”,<sup>45</sup> de um navio que nesta época aportou em Cabo Frio.

Após humilhar Le Thoret, calvinista, que era o comandante da fortaleza (que fugiu nadando para um navio bretão ancorado ao largo, e seguiu para a França), o Senhor Du Pont fez ver ao Almirante que, se este não seguia a fé reformada, estes estavam desobrigados de segui-lo. Após vários padecimentos e humilhações, em outubro os huguenotes deixaram a ilha, indo refugiar-se em terra firme, no povoado chamado La Briqueterie, tendo permanecido ali por cerca de dois meses. Foi uma oportunidade de evangelizar os índios, que os trataram com muita amabilidade. Inclusive os senhores de La Chapelle e de Boissi foram expulsos, por não renegarem à fé reformada.

Villegaignon também declarou nulo o conselho, passando a comandar sozinho a fortaleza. Proibiu Richier de pregar e reunir os huguenotes em oração, a menos que o ministro ratificasse uma nova fórmula das preces, pois, segundo ele, as antigas eram errôneas. Na pequena vila, os franceses viveram sem nenhuma comodidade, inclusive sem vinho para suas cerimônias, comendo e bebendo com os índios (sua alimentação consistia de raízes, frutas e peixes) que se mostraram mais humanos que os franceses da ilha, Villegaignon em particular.

*Os huguenotes retornam à França.* Em fevereiro de 1558 aportou na Guanabara um pequeno barco, o “Le Jacques”. Segundo Lery, este navio empreendera a viagem patrocinado por vários líderes reformados franceses, com o propósito “de explorar a terra e escolher um lugar adequado à localização de setecentas a oitocentas pessoas que

---

<sup>45</sup> *Ibid.*, p. 227.

deveriam vir, ainda nesse ano, em grandes urnas de Flandres, para colonizar o país”.<sup>46</sup> O casco do navio já estava meio carcomido, e foi carregado de pau-brasil, pimenta, algodão, macacos, papagaios e outros produtos da terra. Como o navio não pertencia à companhia de Villegaignon, este não teve como impedir o embarque dos huguenotes.<sup>47</sup> O capitão concordou em transportá-los, e a 4 de janeiro de 1558 levantou âncora, para a travessia do Atlântico. O navio era de pequena capacidade, com apenas vinte e cinco marujos e quinze passageiros.<sup>48</sup> Mesmo não se opondo ao embarque, Villegaignon enviou instruções secretas para serem entregues ao primeiro juiz em França, dizendo para que se executassem os huguenotes como traidores e hereges. Esta mensagem estava numa urna à prova d’água, mas no fim da viagem ela caiu nas mãos de um juiz huguenote, e mais tarde foi usada contra o seu autor.

Devido ao excesso de carga, a embarcação estava na iminência de naufragar, quando apenas se tinha afastado da costa. Feitos os reparos de emergência, discutiram se convinha prosseguirem viagem ou ficarem os passageiros de qualquer modo na Guanabara. A maioria dos huguenotes resolveu prosseguir viagem, mas frente à réplica do mestre do navio a respeito da insegurança da viagem, Léry “e mais cinco companheiros já estavam decididos a voltar à terra dos selvagens, distante apenas nove ou dez léguas, já considerando a possibilidade do naufrágio, já a da fome”.<sup>49</sup> Na hora da saída, um dos huguenotes estendeu os braços em amizade para Lery e disse: “Peço-vos que fiqueis conosco, pois apesar da incerteza que estamos de aportar em França, há mais esperança de nos salvarmos do lado do Peru ou de qualquer outra ilha do que das garras de Villegaignon, que, como podeis imaginar, nunca vos dará sossego”.<sup>50</sup> Desta forma, o historiador da expedição foi salvo de sofrer destino semelhante que seus irmãos que retornaram. Estes foram: Pierre Bourdon, Jean du Bourdel, Matthieu Verneuil, André La Fon e Jacques le Balleur. Os outros retornaram à França, passando por grandes tempestades. Os passageiros e a tripulação foram reduzidos a comedores de couro (dos cintos, sapatos, etc.) e restos, e alcançaram Nantes mais mortos do que vivos. Em 24 de maio de 1558, eles finalmente avistaram a Bretanha. Aportaram em Hodiernne, onde compraram víveres e, finalmente, em 26 de maio entraram no porto de Blavet, na Bretanha. Todos chegaram sãos e salvos. Após se despedirem dos marinheiros bretões, os huguenotes foram para Nantes, onde foram recebidos com muitas gentilezas e foram tratados por médicos habilitados.

#### *Martírio dos huguenotes*

*Alguns huguenotes retornam ao Forte Coligny.* O martírio dos huguenotes deve ser entendido no contexto da dramática mudança operada no caráter de Villegaignon. Desde a controvérsia da ceia, em junho de 1557, este se tornara amargo e violento. Os colonos podiam conhecer o humor do almirante pelas cores berrantes de suas vestes.<sup>51</sup> Tanto Léry como Crespín relatam suas crueldades com os habitantes da fortaleza. Cerca de 30 ou 40 homens e mulheres de outra tribo inimiga dos tupinambás, que os venderam aos franceses, foram tratados com extrema crueldade. Um deles foi amarrado a uma peça de artilharia, e o próprio almirante derramou toucinho derretido nas nádegas do

<sup>46</sup> Jean de Lery, *op. cit.*, p. 227.

<sup>47</sup> S. B. Holanda, *et. al.*, *op. cit.*, p. 157.

<sup>48</sup> Jean de Lery, *op. cit.*, p. 227.

<sup>49</sup> *Ibid.*, p. 229.

<sup>50</sup> *Ibid.*, p. 229.

<sup>51</sup> *Ibid.*, p. 89.

pobre índio.<sup>52</sup> Os mordomos de Villegaignon, ambos reformados, foram expulsos do Forte. Um artesão morreu de fome, mesmo implorando por comida ao desvairado almirante. O ápice foi a expulsão de Jean Cointac da fortaleza. Quando os huguenotes fugiram para La Briqueterie, Cointac já estava lá. Ele havia sido expulso por Villegaignon, e passava o dia amaldiçoando a almirante. Depois ele fugiu para Bertioiga, quando os franceses e tupinambás iam atacar São Vicente. Os fatos subsequentes foram narrados por testemunhas oculares, para o Senhor Du Pont, em Paris, após a volta dos mesmos da colônia.

Os cinco huguenotes se fizeram ao mar, e só depois notaram que seu escaler não tinha mastro. Eles improvisaram um, junto com uma vela, e se puseram ao largo, dirigindo-se para a costa. Após muitas intempéries, depois de cinco dias aportaram em uma praia perto do Forte de Coligny. Após serem bem tratados pelos índios do lugar, eles, em virtude da enfermidade de um dos huguenotes, se dirigiram para a fortaleza. Permaneceram na praia quatro dias, e depois se fizeram ao mar, rumo ao Forte de Coligny.

Eles se dirigiram direto para La Briguiterie, e ao desembarcar foram muito bem tratados pelo Almirante Villegaignon, que estava lá cuidando de negócios particulares. Este os recebeu bem, mas em pouco tempo se virou contra eles. Primeiro tomou o escaler que lhes pertencia, e depois de doze dias começou a achar que eles eram espíões dos huguenotes que haviam se retirado com o “Le Jacques”.

*Os huguenotes são executados.* Sendo o representante de Henrique II na ilha, era seu dever provar a fé dos huguenotes, e vendo nisto a oportunidade de se livrar deles formulou um questionário com vários pontos controversos, enviando-o aos huguenotes e dando-lhes o prazo de 12 horas para respondê-lo. Os franceses que estavam com eles em La Briguiterie tentaram dissuadi-los a responder o desafio do almirante, mas estes não fugiram ao desafio. Pedindo ajuda “do Espírito de Jesus Cristo”, segundo as palavras do autor do *Histoire des Martyrs*, eles escolheram Jean du Bourdel para redigir a confissão, por ser o mais letrado e conhecer o latim. Após redigi-la, submeteu-a a seus companheiros, que a assinaram.

Em 9 de fevereiro eles foram conduzidos ao forte – Pierre Bourdon ficou em terra por estar enfermo. Ao se apresentarem ao almirante, reafirmando o desejo de se manterem fiéis à confissão, receberam todo o ódio de Villegaignon. Os huguenotes foram presos e o terror tomou conta dos moradores da ilha. Na manhã seguinte, 10 de fevereiro de 1558, sexta-feira, Villegaignon tentou levar os huguenotes a abjurar a confissão, mas eles se mantiveram firmes. Após esbofetear violentamente du Bourdel, ordenou ao carrasco que algemasse as mãos do homem e o conduzisse a uma rocha para lançá-lo ao mar. Após estimular os outros companheiros, cantou um Salmo, confessou seus pecados e foi lançado ao mar. Matthieu Verneuil também foi conduzido à rocha, e após reafirmar o desejo de não se retratar, proferiu suas últimas palavras: “Senhor Jesus, tem piedade de mim”. André La Fon foi considerado inofensivo por Villegaignon, que não mandou matá-lo, e o manteve a seu serviço, pois La Fon era alfaiate – ele precisava mantê-lo para conservar seu guarda-roupas. Villegaignon atravessou o braço de mar e foi à casa onde Bourdon se abrigava, doente, trazendo-o para o forte. Como este não queria renegar a confissão de fé, foi estrangulado por um carrasco, e seu corpo atirado no mar. Suas últimas palavras foram:

Senhor Deus, sou também como aqueles meus companheiros que com honra e glória pelejaram o bom combate pelo teu Santo Nome e, por isso, peço-te me concedas a graça de não sucumbir aos

<sup>52</sup> Pedro Calmon, *op. cit.*, p. 282-283.

assaltos de Satanás, do mundo e da carne. E perdoa, Senhor, todos os pecados por mim cometidos contra a tua majestade, e isto eu te imploro em nome do teu filho muito amado Jesus Cristo.<sup>53</sup>

Jacques Le Balleur foi poupado, pois era ferreiro.<sup>54</sup> Isto praticamente marcou o fim da colônia francesa, e encerrou a tragédia da Guanabara.

### *O fim da colônia*

*Villegaignon se retira e a colônia cai.* Em fins de 1558, Villegaignon se retirou do Forte de Coligny, retornando para a França. Ele estava debaixo de suspeitas tanto dos huguenotes, que começaram a chamar-lhe de “Caim da América”, “apóstata” e “assassino”, quanto por parte dos católicos, que suspeitavam de suas inclinações reformadas. Isto marcou o fim da colônia francesa, que ficou sob a supervisão de Bois Le Comte. A colônia já estava sendo acossada pelos índios Maracajás, aliados dos portugueses, e estes enviaram para o Brasil Mem de Sá, que tinha como sua ordem do dia a expulsão dos franceses. Em 1560, Mem de Sá partiu de Salvador para o Rio de Janeiro, com duas naus e oito embarcações menores, e cerca de 2000 soldados, recebendo mais reforços de São Vicente. Jean Cointac traiu os franceses, revelando todas as posições francesas. Em 15 de março o combate começou. O número de franceses na ilha chegava a 114, com cerca de oitocentos tupinambás apoiando-os. A luta foi dura, durando dois dias. Após a captura do paiol, os franceses se renderam, no sábado, fugindo para o continente e se embrenhando no mato. No dia seguinte, domingo, 17 de março de 1560, em meio às comemorações de vitória, foi celebrada a primeira missa na ilha.<sup>55</sup> Os franceses que não foram mortos pelos índios Maracajás foram resgatados por um navio que os apanhou na costa. Desta forma terminou a tentativa de instalar uma colônia para os huguenotes franceses no Rio de Janeiro.

*O fim de Villegaignon.* Após sua volta para a França, Villegaignon tentou polemizar com vários protestantes. Desta polêmica surgiu *Histoire d'un Voyage Fait en La Terre du Brésil*, escrito por Jean de Lery, em 1578, em parte para responder as acusações de Villegaignon. Ele tentou envolver Calvino, mas está registrado que Calvino jogou sua carta debaixo de seus pés. Até o final de seus dias ele lutou contra os calvinistas e luteranos com sua pena. Na Batalha de Rouen, em 1562, teve sua perna esmagada pela bala de um canhão huguenote. Em 1568 foi nomeado embaixador dos Cavaleiros de Malta para a corte francesa. Faleceu em Beauvais, perto de Nemours, em 9 de fevereiro de 1571.<sup>56</sup>

### **O testemunho huguenote**

Segundo Jean de Lery, o principal objetivo da expedição huguenote às terras do Brasil, pedida por Villegaignon a Coligny e Calvino, era o envio de “ministros, mas também algumas outras pessoas bem instruídas na religião cristã, a fim de melhor

<sup>53</sup> Jean Crespin, *op. cit.*, p. 55-64, 72-83.

<sup>54</sup> R. Pierce Beaver, *op. cit.*, p. 71. Após conseguir viver escondido, Jacques Le Balleur foi preso pelos portugueses nas cercanias de Bertioga. Ele foi enviado para Salvador, na Bahia, que era a sede do governo colonial, onde foi julgado pelo crime de “invasão” e “heresia”, isto em 1559. Em abril de 1567 foi queimado, sendo auxiliar do carrasco José de Anchieta, para consternação dos católicos. Álvaro Reis, *O martyr Le Balleur* (Rio de Janeiro: s/ed, 1917).

<sup>55</sup> Rocha Pombo, *op. cit.*, p. 216, 221-223. Ver também S. B. Holanda, *op. cit.*, p. 158 e Pedro Calmon, *op. cit.*, p. 282-287. Cointac foi enviado a Portugal, para ser julgado pela inquisição de Lisboa, sob a acusação de heresia. Quando foi absolvido, foi desterrado para a Índia.

<sup>56</sup> R. Pierce Beaver, *op. cit.*, p. 72.

reformatar a si e aos seus e mesmo abrir aos selvagens o caminho da salvação”.<sup>57</sup> Diante desta declaração analisaremos os feitos dos reformados dentro dos limites a eles impostos e acima mencionados.

*Missão junto aos franceses*

*Pregação.* Talvez o trabalho mais importante realizado entre os franceses tenha sido a pregação. O primeiro culto evangélico realizado nas Américas foi realizado no Forte Coligny, em 10 de março de 1557, uma quarta-feira. Villegaignon mandou

reunir toda a sua gente conosco em uma pequena sala existente no meio da ilha, e o ministro Richier invocou a Deus. Cantamos em coro o Salmo V e o dito ministro, tomando por tema estas palavras do Salmo XXVII – ‘Pedi ao Senhor uma coisa que ainda reclamarei e que é a de poder habitar na casa do Senhor todos os dias da minha vida’ – fez a primeira prédica no Forte de Coligny, na América. Durante a mesma não cessou Villegaignon de juntar as mãos, erguer os olhos para o céu, dar altos suspiros e fazer outros gestos que a todos nos pareciam dignos de admiração. Por fim, terminadas as preces solenes conforme o ritual das igrejas reformadas de França, e marcados para elas um dia da semana, dissolveu-se a reunião.<sup>58</sup>

Villegaignon e os ministros genebrinos concordaram que seriam realizadas “preces públicas feitas todas as noites depois do trabalho” e que “os ministros pregariam duas vezes no domingo e nos outros dias da semana durante uma hora; [Villegaignon] ordenou também, expressamente, que os sacramentos fossem administrados de acordo com a palavra de Deus e que, no mais, fosse a disciplina aplicada contra os pecadores”.<sup>59</sup>

*Ceia do Senhor.* Já no dia 21 de março, no domingo, foi realizada a primeira ceia, e todos os que dela participariam deveriam dar pública confissão de fé, “abjurando perante todos o papismo”. Mas logo depois disto começaram os debates a respeito da presença real de Cristo na eucaristia. Como já vimos, a crise veio à tona no Pentecostes, quando Villegaignon rompeu acordo previamente estabelecido com os pastores genebrinos, de esperar uma resposta de Genebra quanto à controvérsia.

*Disciplina.* Em 3 de abril, dois criados de Villegaignon “desposaram no momento da prédica, segundo as leis da igreja reformada, duas das jovens que tínhamos trazido de França para este país”. Em 17 de maio, Jean Cointac, o pivô da discórdia sobre a eucaristia, ele mesmo desposou uma das jovens, “parente de um tal Laroquete, de Rouen”, que havia ido para o Brasil com os huguenotes e falecera pouco antes do casamento. As outras duas moças casaram-se com dois intérpretes normandos.<sup>60</sup> Os casamentos entre franceses e índios foi proibido, salvo se as índias fossem instruídas na religião reformada e batizadas. Andrada diz que “registraram-se numerosas conversões e muitos dos calcetas de Rouen e de presidiários de Paris, despertados pela austera doutrina e pelas virtudes dos ministros protestantes, aceitaram o cristianismo”.<sup>61</sup> Temos a favor dos huguenotes o fato de que, levados a uma situação limite, em nenhum momento tomaram uma atitude violenta contra Villegaignon. O próprio Léry foi preso, mas, em meio à sua revolta, foi instado por Du Pont a não tomar uma atitude violenta que desonrasse a igreja reformada. Estes são alguns dos feitos que os huguenotes realizaram entre os franceses, mas nenhum deles teve continuidade, envolvidos que

<sup>57</sup> Jean de Lery, *op. cit.*, p. 47.

<sup>58</sup> *Ibid.*, p. 77.

<sup>59</sup> *Ibid.*, p. 79.

<sup>60</sup> Jean de Lery, *op. cit.*, p. 86-87.

<sup>61</sup> Laércio Caldeira da Andrada, *op. cit.*, p. 66.

estavam com as polêmicas que começaram a assolar a Igreja reformada do Forte Coligny.

*Missão junto aos índios tupinambás*

*Métodos de evangelização.* Léry fez notas cuidadosas dos ritos e costumes dos índios brasileiros. Estas notas foram registradas em seu livro, e são pioneiras como descrição do Brasil colonial. Ele não recriminou costumes e práticas repulsivas para os europeus nem os condenou por serem diferentes. Ele testemunhou guerras e canibalismo. Descobriu que os tupinambás não tinham uma noção do único Deus verdadeiro, conhecendo apenas os “maus espíritos” que os oprimiam. Não obstante o choque cultural, Léry descobriu boas qualidades nos índios, tais como hospitalidade e boa vontade de escutar amigos e estranhos. O método de Léry de evangelização era informal, aproveitando todas as oportunidades para evangelizar.<sup>62</sup>

*Resultados do trabalho entre os índios.* Foi a extrema falta de tempo que impediu a conversão dos índios, de acordo com o pastor Richier e Lery. É importante mencionar que dez índios de nove a dez anos, tomados na guerra pelos índios amigos dos franceses, e vendidos como escravos a Villegaignon, foram embarcados no mesmo navio para a França (o “Rosée”, que através de “um tal Nicolas Carneau” levou uma carta para Calvino, em 1º de abril de 1557), “depois de ter o ministro Richier, ao fim de uma prédica, imposto as mãos sobre eles e de termos rogado a Deus que lhes fizesse a graça de serem os primeiros deste pobre povo chamados à salvação”.<sup>63</sup> Ao chegar em França os rapazes foram apresentados ao rei Henrique II, e distribuídos entre vários nobres. Um deles chegou a ser batizado, por ordem do Senhor de Passy, e o próprio Lery o reconheceu na residência deste, ao retornar para sua pátria. O trabalho, após a volta dos reformados para a França acabou. Não houve frutos permanentes, mas, disse Lery “sou de opinião que se Villegaignon não houvesse abjurado a religião reformada e tivéssemos podido permanecer por mais tempo no país teríamos chamado alguns deles a Jesus”.<sup>64</sup>

*A Confissão de Fé*

O maior testemunho dos huguenotes na Guanabara é justamente a Confissão de Fé (*Confessio Fluminensis*). Esta e o processo instaurado por Villegaignon contra Jean du Bourdel, Matthieu Verneuil e Pierre Bourdon foram entregues ao Senhor Du Pont, cerca de quatro meses depois de sua chegada à França, por “pessoas fidedignas que deixamos neste país”. Estes foram testemunhas oculares do martírio dos huguenotes no Forte Coligny.<sup>65</sup> Depois Du Pont entregou a Confissão de Fé e os processos a Lery, que se sentiu no dever de que este relato constasse “no livro dos que em nossos dias foram martirizados na defesa do Evangelho”. Em 1558 ele entregou os manuscritos a Jean Crespin, que a inseriu no seu livro:

Segundo a doutrina de S. Pedro Apóstolo, em sua primeira epístola, todos os cristãos devem estar sempre prontos para dar razão da esperança que neles há, e isso com toda a doçura e benignidade, nós abaixo assinados, Senhor de Villegaignon, unanimemente (segundo a medida de graça que o Senhor nos tem concedido) damos razão, a cada ponto, como nos haveis apontado e ordenado, e começando no primeiro artigo:

<sup>62</sup> Jean de Lery, *op. cit.*, p. 197-198.

<sup>63</sup> *Ibid.*, p. 85.

<sup>64</sup> *Ibid.*, p. 198.

<sup>65</sup> *Ibid.*, 198.

I. Cremos em um só Deus, imortal, invisível, criador do céu e da terra, e de todas as coisas, tanto visíveis como invisíveis, o qual é distinto em três pessoas: o Pai, o Filho e o Santo Espírito, que não constituem senão uma mesma substância em essência eterna e uma mesma vontade; o Pai, fonte e começo de todo o bem; o Filho, eternamente gerado do Pai, o qual, cumprida a plenitude do tempo, se manifestou em carne ao mundo, sendo concebido do Santo Espírito, nasceu da virgem Maria, feito sob a lei para resgatar os que sob ela estavam, a fim de que recebêssemos a adoção de próprios filhos; o Santo Espírito, procedente do Pai e do Filho, mestre de toda a verdade, falando pela boca dos profetas, sugerindo as coisas que foram ditas por nosso Senhor Jesus Cristo aos apóstolos. Este é o único Consolador em aflição, dando constância e perseverança em todo bem.

Creemos que é mister somente adorar e perfeitamente amar, rogar e invocar a majestade de Deus em fé ou particularmente.

II. Adorando nosso Senhor Jesus Cristo, não separamos uma natureza da outra, confessando as duas naturezas, a saber, divina e humana. Ele inseparáveis.

III. Cremos, quanto ao Filho de Deus e ao Santo Espírito, o que a Palavra de Deus e a doutrina apostólica, e o símbolo, nos ensinam.

IV. Cremos que nosso Senhor Jesus Cristo virá julgar os vivos e os mortos, em forma visível e humana como subiu ao céu, executando tal juízo na forma em que nos predisse no capítulo vinte e cinco de Mateus, tendo todo o poder de julgar, a Ele dado pelo Pai, sendo homem.

E, quanto ao que dizemos em nossas orações, que o Pai aparecerá enfim na pessoa do Filho, entendemos por isso que o poder do Pai, dado ao Filho, será manifestado no dito juízo, não todavia que queiramos confundir as pessoas, sabendo que elas são realmente distintas uma da outra.

V. Cremos que no santíssimo sacramento da ceia, com as figuras corporais do pão e do vinho, as almas fiéis são realmente e de fato alimentadas com a própria substância do nosso Senhor Jesus, como nossos corpos são alimentados de alimentos, e assim não entendemos dizer que o pão e o vinho sejam transformados ou transubstanciados no seu corpo, porque o pão continua em sua natureza e substância, semelhantemente ao vinho, e não há mudança ou alteração.

Distinguimos, todavia este pão e vinho do outro pão que é dedicado ao uso comum, sendo que este nos é um sinal sacramental, sob o qual a verdade é infalivelmente recebida. Ora, esta recepção não se faz senão por meio da fé e nela não convém imaginar nada de carnal, nem preparar os dentes para comer, como santo Agostinho nos ensina, dizendo: ‘Porque preparas tu os dentes e o ventre? Crê, e tu o comeste’.

O sinal, pois, nem nos dá a verdade, nem a coisa significada; mas Nosso Senhor Jesus Cristo, por seu poder, virtude e bondade, alimenta e preserva nossas almas, e as faz participantes da sua carne, e de seu sangue, e de todos os seus benefícios.

Vejamos a interpretação das palavras de Jesus Cristo: ‘Este pão é meu corpo’. Tertuliano, no livro quarto contra Marcião, explica estas palavras assim: ‘este é o sinal e a figura do meu corpo’.

S. Agostinho diz: ‘O Senhor não evitou dizer: – Este é o meu corpo, quando dava apenas o sinal de seu corpo’.

Portanto (como é ordenado no primeiro cânon do Concílio de Nicéia), neste santo sacramento não devemos imaginar nada de carnal e nem nos distrair no pão e no vinho, que nos são neles propostos por sinais, mas levantar nossos espíritos ao céu para contemplar pela fé o Filho de Deus, nosso Senhor Jesus, sentado à destra de Deus, seu Pai.

Neste sentido podíamos jurar o artigo da Ascensão, com muitas outras sentenças de Santo Agostinho, que omitimos, temendo ser longas.

VI. Cremos que, se fosse necessário pôr água no vinho, os evangelistas e São Paulo não teriam omitido uma coisa de tão grande consequência.

E quanto ao que os doutores antigos têm observado (fundamentando-se sobre o sangue misturado com água que saiu do lado de Jesus Cristo, desde que tal observância não tem fundamento na Palavra de Deus, visto mesmo que depois da instituição da Santa Ceia isso aconteceu), nós não podemos hoje admitir necessariamente.

VII. Cremos que não há outra consagração senão a que se faz pelo ministro, quando se celebra a ceia, recitando o ministro ao povo, em linguagem conhecida, a instituição desta ceia literalmente, segundo a forma que nosso Senhor Jesus Cristo nos prescreveu, admoestando o povo quanto à morte e paixão do nosso Senhor. E mesmo, como diz santo Agostinho, a

consagração é a palavra de fé que é pregada e recebida em fé. Pelo que, segue-se que as palavras secretamente pronunciadas sobre os sinais não podem ser a consagração como aparece da instituição que nosso Senhor Jesus Cristo deixou aos seus apóstolos, dirigindo suas palavras aos seus discípulos presentes, aos quais ordenou tomar e comer.

VIII. O santo sacramento da ceia não é alimento para o corpo como para as almas (porque nós não imaginamos nada de carnal, como declaramos no artigo quinto) recebendo-o por fé, a qual não é carnal.

IX. cremos que o batismo é sacramento de penitência, e como uma entrada na igreja de Deus, para sermos incorporados em Jesus Cristo. Representa-nos a remissão de nossos pecados passados e futuros, a qual é adquirida plenamente, só pela morte de nosso Senhor Jesus.

De mais, a mortificação de nossa carne aí nos é representada, e a lavagem, representada pela água lançada sobre a criança, é sinal e selo do sangue de nosso Senhor Jesus, que é a verdadeira purificação de nossas almas. A sua instituição nos é ensinada na Palavra de Deus, a qual os santos apóstolos observaram, usando de água em nome do Pai, do Filho e do Santo Espírito. Quanto aos exorcismos, abjurações de Satanás, crisma, saliva e sal, nós os registramos como tradições dos homens, contentando-nos só com a forma e instituição deixada por nosso Senhor Jesus.

X. Quanto ao livre arbítrio, cremos que, se o primeiro homem, criado à imagem de Deus, teve liberdade e vontade, tanto para bem como para mal, só ele conheceu o que era livre arbítrio, estando em sua integridade. Ora, ele nem apenas guardou este dom de Deus, assim como dele foi privado por seu pecado, e todos os que descendem dele, de sorte que nenhum da semente de Adão tem uma centelha do bem.

Por esta causa, diz São Paulo, o homem natural não entende as coisas que são de Deus. E Oséias clama aos filhos de Israel: ‘Tua perdição é de ti, ó Israel’. Ora, isto entendemos do homem que não é regenerado pelo Santo Espírito.

Quanto ao homem cristão, batizado no sangue de Jesus Cristo, o qual caminha em novidade de vida, nosso Senhor Jesus Cristo restituiu nele o livre arbítrio, e reforma a vontade para todas as boas obras, não todavia em perfeição, porque a execução de boa vontade não está em seu poder, mas vem de Deus, como amplamente este santo apóstolo declara, no sétimo capítulo aos Romanos, dizendo: ‘Tenho o querer, mas em mim não acho o realizar’.

O homem predestinado para a vida eterna, embora peque por fragilidade humana, todavia não pode cair em impenitência.

A este propósito, S. João diz que ele não peca, porque a eleição permanece nele.

XI. cremos que pertence só à Palavra de Deus perdoar os pecados, da qual, como diz santo Ambrósio, o homem é apenas o ministro; portanto, se ele condena ou absolve, não é ele, mas a Palavra de Deus que ele anuncia.

Santo Agostinho, neste lugar diz que não é pelo mérito dos homens que os pecados são perdoados, mas pela virtude do Santo Espírito. Porque o Senhor dissera aos seus apóstolos: ‘recebei o Santo Espírito’; depois acrescenta: ‘Se perdoardes a alguém os seus pecados’, etc. Cipriano diz que o servo não pode perdoar a ofensa contra o Senhor.

XII. Quanto à imposição das mãos, essa serviu em seu tempo, e não há necessidade de conservá-la agora, porque pela imposição das mãos não se pode dar o Santo Espírito, porquanto isto só a Deus pertence. No tocante à ordem eclesiástica, cremos no que S. Paulo dela escreveu na primeira epístola a Timóteo, e em outros lugares.

XIII. A separação entre o homem e a mulher legitimamente unidos por casamento não se pode fazer senão por causa de adultério, como nosso Senhor ensina (Mateus 19.5). E não somente se pode fazer a separação por essa causa, mas também, bem examinada a causa perante o magistrado, a parte não culpada, se não podendo conter-se, deve casar-se, como São Ambrósio diz sobre o capítulo sete da Primeira Epístola aos Coríntios. O magistrado, todavia, deve nisso proceder com madureza de conselho.

XIV. São Paulo, ensinando que o bispo deve ser marido de uma só mulher, não diz que não lhe seja lícito tornar a casar, mas o santo apóstolo condena a bigamia a que os homens daqueles tempos eram muito afeitos; todavia, nisso deixamos o julgamento aos mais versados nas Santas Escrituras, não se fundando a nossa fé sobre esse ponto.

XV. Não é lícito votar a Deus, senão o que Ele aprova. Ora, é assim que os votos monásticos só tendem à corrupção do verdadeiro serviço de Deus. É também grande temeridade e presunção do homem fazer votos além da medida de sua vocação, visto que a santa Escritura nos ensina que a continência é um dom especial (Mateus 15 e 1 Coríntios 7). Portanto, segue-se

que os que se impõem esta necessidade, renunciando ao matrimônio toda a sua vida, não podem ser desculpados de extrema temeridade e confiança excessiva e insolente em si mesmos.

E por este meio tentam a Deus, visto que o dom da continência é em alguns apenas temporal, e o que o teve por algum tempo não o terá pelo resto da vida. Por isso, pois, os monges, padres e outros tais que se obrigam e prometem viver em castidade, tentam contra Deus, por isso que não está neles o cumprir o que prometem. São Cipriano, no capítulo onze, diz assim: ‘Se as virgens se dedicam de boa vontade a Cristo, perseverem em castidade sem defeito; sendo assim fortes e constantes, esperem o galardão preparado para a sua virgindade; se não querem ou não podem perseverar nos votos, é melhor que se casem do que serem precipitadas no fogo da lascívia por seus prazeres e delícias’. Quanto à passagem do apóstolo S. Paulo, é verdade que as viúvas tomadas para servir à igreja se submetiam a não mais casar, enquanto estivessem sujeitas ao dito cargo, não que por isso se lhes reputasse ou atribuísse alguma santidade, mas porque não podiam bem desempenhar os deveres, sendo casadas; e, querendo casar, renunciassessem à vocação para a qual Deus as tinha chamado, contudo que cumprissem as promessas feitas na igreja, sem violar a promessa feita no batismo, na qual está contido este ponto: ‘Que cada um deve servir a Deus na vocação em que foi chamado’. As viúvas, pois, não faziam voto de continência, senão porque o casamento não convinha ao ofício para que se apresentavam, e não tinha outra consideração que cumpri-lo. Não eram tão constrangidas que não lhes fosse antes permitido casar que se abrasar e cair em alguma infâmia ou desonestidade.

Mas, para evitar tal inconveniência, o apóstolo São Paulo, no capítulo citado, proíbe que sejam recebidas para fazer tais votos sem que tenham a idade de sessenta anos, que é uma idade normalmente fora da incontinência. Acrescenta que os eleitos só devem ter sido casados uma vez, a fim de que por essa forma, tenham já uma aprovação de continência.

XVI. Cremos que Jesus Cristo é o nosso único Mediador, intercessor e advogado, pelo qual temos acesso ao Pai, e que, justificados no seu sangue, seremos livres da morte, e por Ele já reconciliados teremos plena vitória contra a morte.

Quanto aos santos mortos, dizemos que desejam a nossa salvação e o cumprimento do Reino de Deus, e que o número dos eleitos se complete; todavia, não nos devemos dirigir a eles como intercessores para obterem alguma coisa, porque desobedeceríamos ao mandamento de Deus. Quanto a nós, ainda vivos, enquanto estamos unidos como membros de um corpo, devemos orar uns pelos outros, como nos ensinam muitas passagens das Santas Escrituras.

XVII. Quanto aos mortos, São Paulo, na Primeira Epístola aos Tessalonicenses, no capítulo quatro, nos proíbe entristecer-nos por eles, porque isto convém aos pagãos, que não têm esperança alguma de ressuscitar. O apóstolo não manda nem ensina orar por eles, o que não teria esquecido se fosse conveniente. S. Agostinho, sobre o Salmo 48, diz que os espíritos dos mortos recebem conforme o que tiverem feito durante a vida; que se nada fizeram, estando vivos, nada recebem, estando mortos.

Esta é a resposta que damos aos artigos por vós enviados, segundo a medida e porção da fé, que Deus nos deu, suplicando que lhe praza fazer que em nós não seja morta, antes produza frutos dignos de seus filhos, e assim, fazendo-nos crescer e perseverar nela, lhe rendamos graças e louvores para sempre. Assim seja.

Jean du Bourdel, Matthieu Verneuil, Pierre Bourdon, André la Fon.<sup>66</sup>

A mentalidade de Jean du Bourdel era de um poder admirável, para produzir, em circunstâncias extremas, estas respostas. As principais características desta confissão de fé claramente reformada são: lealdade aos antigos credos, a importância, nesse tempo, do estudo que se fazia dos Pais da Igreja e o conhecimento invejável das Escrituras e da doutrina que os cristãos simples do passado possuíam. Foi a primeira confissão de fé redigida na América, na primeira Igreja do Brasil.

## Conclusão

<sup>66</sup> A tradução aqui empregada se encontra no monumento escultório alusivo aos 450 anos da primeira ceia, inaugurado em 24 de março de 2007, defronte da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro. Erasmo Braga, que foi deão do Seminário Teológico Presbiteriano em Campinas, primeiro presidente do conselho do Colégio Mackenzie em São Paulo e presidente da Assembléia Geral da Igreja Presbiteriana do Brasil de 1924 a 1926, traduziu a confissão de fé em 1907. Cf. Jean Crespin, *op. cit.*, p. 65-71.

A missão reformada no Rio de Janeiro terminou de forma melancólica. Talvez o seu maior problema residia-se justamente em suas motivações. Enquanto que para Calvino, Coligny e para os demais huguenotes a expedição era a melhor forma de encontrar um refúgio para os protestantes perseguidos, assim como um lugar para poder propagar a fé reformada livremente, para o rei da França, Henrique II, era apenas uma forma de conseguir mais colônias. E Villegaignon, o que buscava este homem, que depois foi chamado de “Caim da América”? No mínimo, ambição pessoal – e no meio deste conflito de interesses a missão foi abortada. O testemunho desta colônia está baseado no fato de que os huguenotes franceses, sob a liderança dos dois pastores genebrinos, foram os primeiros protestantes a realizar um culto nas Américas, sendo a pregação baseada no Salmo 27.4 em 10 de março de 1557, e em maio deste mesmo ano selaram com sangue seu testemunho – Pierre Bourdon, Jean du Bourdel e Mathieu Verneuil foram mortos por Villegaignon após confessarem sua fé. Eles foram a semente da igreja evangélica que retornou ao país cerca de 400 anos depois.

As igrejas reformadas têm em alta conta seus mártires no Brasil. A missão que viveu por um período curto não teve frutos de conversão estatísticos; mas possui uma importância histórica. Quando a igreja foi confrontada em fazer missões, ela respondeu imediatamente. A evidência circunstancial aponta para a aprovação de Calvino. Não existiu hostilidade para com o conceito ou para a prática de missões. Os suíços não possuíam colônias para direcionar os genebrinos a lugares distantes. O governo francês apoiou apenas missões católicas romanas em seus territórios coloniais, e depois de um período de tolerância a igreja reformada foi fortemente perseguida. Então, circunstâncias históricas, em outro tempo, desafiarão os calvinistas da Holanda e da Nova Inglaterra, e eles responderão positivamente [ao fazer missões], tanto de forma prática quanto teológica.<sup>67</sup>

Ao concluir, podemos destacar a intenção original desse esforço missionário. Ao contrário de quase todos os exploradores de sua época, que consideravam os nativos como nada mais do que animais brutos e selvagens, e por isso, em relação aos brancos civilizados, necessariamente de condição inferior ou até passíveis de escravidão, Jean de Lery e seus companheiros demonstraram, em oposição, que os habitantes do Novo Mundo eram dignos da maior consideração, não apenas por terem sido criados à imagem de Deus, mas porque, em muitos aspectos humanitários, eles estavam bem à frente dos habitantes do Velho Mundo. O que fica patente, nisto tudo, é que para o calvinismo a ação colonizadora não teve por alvo, em primeiro plano, a expansão comercial do país colonizador. Esta ação colonizadora deveria servir essencialmente à constituição de novas igrejas – e foi unicamente com esta finalidade que foi preparada a expedição de reforço organizada pelo próprio Calvino.

Tais são as preocupações essenciais dos fatores da primeira expedição colonizadora calvinista. Mostram bem que, para estes reformadores, a reconciliação em Cristo une todos os seres humanos em um só corpo, acima das diferenças de línguas, de raças, de civilizações e de condições sociais; toda ideia de escravidão ou de discriminação foi abolida. Estes homens, pois, estão a postos para realizar um trabalho de evangelização que nenhuma barreira racial poderia conter.<sup>68</sup>

<sup>67</sup> R. Pierce Beaver, *op. cit.*, p. 72. Para as missões reformadas holandesas no nordeste brasileiro, ver Frans Leonard Schalkwijk, *Igreja e Estado no Brasil Holandês 1630-1654* (São Paulo: Cultura Cristã, 2004). Para as missões reformadas na Nova Inglaterra, ver Ruth A. Tucker, “... Até os confins da terra”: uma história biográfica das missões cristãs (São Paulo: Vida Nova, 1989), p. 87-100 e Stephen Neill, *História das missões* (São Paulo: Vida Nova, 1997), p. 230-233.

<sup>68</sup> André Biéler, *O pensamento econômico e social de Calvino* (São Paulo: CEP, 1990), p. 250.

Em março de 1557, em meio ao culto realizado no Forte de Coligny, os reformados cantaram o Salmo 5, metrificado por Clement Marot, com música de Louis Bourgeois. É com a letra deste hino que encerramos este capítulo.

1. O meu clamor, ó Deus, atende, pois dia e noite eu oro a ti.  
Tão frágil sou, tão pobre aqui!  
Magoada e só, minha alma chora, por isso implora.

2. Da vida e luz tu és a fonte.  
Em mim derrama o teu poder.  
Minha oração vem atender, pois quando sai o sol bem cedo, eu intercedo.

3. Tu és um Deus que não te alegras no tropeçar do pecador.  
Bondoso e justo és tu, Senhor.  
Tu não toleras orgulhosos e mentirosos.

4. Na luz dos teus caminhos santos, humilde e grato eu andarei.  
Tu és meu Deus, tu és meu rei.  
Contigo sempre andar eu quero, puro e sincero.

5. Teus filhos têm constante alento, felizes sempre em tua paz.  
De todo o mal os guardarás, pois tua lei,  
ó Deus, conhecem e te obedecem.<sup>69</sup>



---

<sup>69</sup> “O meu clamor, ó Deus, atende”, n° 387, em Joan Laurie Sutton (org.), *Hinário para o culto cristão* (Rio de Janeiro: JUERP, 1992).